

“Crítica à teoria marxista: tópicos sobre uma discussão acerca da sua atualidade”

João Maia¹

Resumo

A recente crise económico-financeira, a nível global, tem feito ressurgir o debate sobre a validade e a atualidade dos trabalhos de Karl Marx sobre o funcionamento e evolução do capitalismo, nomeadamente nas suas capacidades de adaptação e sobrevivência. Neste ensaio pretende-se abordar alguns tópicos dessa discussão colocando em diálogo autores com diferentes posicionamentos ideológicos e confrontando as ideias de Marx com dados e realidades do mundo atual onde estão em causa equilíbrios de várias ordens.

¹ Adjunto de Ensino na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Doutorando em Estudos Contemporâneos – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra. Mestre em Ciências da Educação, área de especialização em Educação e Desenvolvimento Social - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. Atividade profissional desenvolvida como técnico superior na área social (Cáritas Diocesana de Coimbra) e como profissional de reconhecimento de competências no Sistema Nacional de Educação e Formação de Adultos.

João Maia

Palavras-Chave: Capitalismo, Evolução, Crise, Equilíbrios, Sobrevivência.

Abstract

The recent global economic and financial crisis has made resurface the debate on the validity and actuality of the works of Karl Marx on the functioning and evolution of capitalism, particularly in its adaptation and survival capacities. This essay aims to address some topics of this discussion putting, in dialogue, authors with different ideological positions and confronting Marx's ideas with data and realities of today's world where are concerned the balances of various orders.

Keywords: Capitalism, Evolution, Crisis, Balances, Survival.

1. Introdução

Nos dias de hoje a teoria marxista sobre a evolução e as crises do capitalismo tem sido alvo de renovado interesse e discussão. Como recentemente temos observado, os atuais movimentos de globalização económica, tendo associados a si mecanismos especulativos de ordem financeira, têm originado várias crises que colocam em causa os equilíbrios económicos e sociais. Ao mesmo tempo há toda uma ansia desenfreada pelo lucro, nomeadamente por parte de interesses privilegiados, que também ameaçam a sustentabilidade dos recursos naturais. Tais fenómenos têm recolado a centralidade sobre a

discussão da atualidade das ideias desenvolvidas por Karl Marx, nomeadamente nas obras “O Capital” e o “Manifesto Comunista”.

Em particular, foi a partir das décadas de oitenta e noventa com a crise do Estado-providência nas suas várias vertentes (burocrática, fiscal, administrativa e ideológica) e com a queda do bloco soviético que se acentuou a mundialização da economia neoliberal. Neste contexto, começou a ganhar forma um modelo global de desenvolvimento dependente de um gerencialismo imposto a partir do chamado “Consenso de Washington” e perpetrado por organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Na base deste paradigma estão dez princípios de ação fundamentais: disciplina fiscal, prioridades na despesa pública, reforma fiscal, liberalização financeira, taxas de câmbio, liberalização do comércio, investimento estrangeiro direto, privatização, desregulação e direitos de propriedade (Stiglitz, 2002; Santos, 2001). É, desta forma, evidente que, por exemplo, a crise financeira desencadeada a partir do ano de 2008, assim como os programas de austeridade que lhe têm sido prescritos, têm por base a aplicação da cartilha de uma escola económico-financeira bastante concreta.

No entanto, é legítimo perguntar se tais acontecimentos prenunciam de forma irreversível o colapso do atual sistema económico-financeiro internacional ou se será possível, desde logo do ponto de vista político e institucional, criar mecanismos que permitam uma maior simetria nas relações de poder e desse modo generalizar os benefícios de um mercado global? A verdade é que o sistema social de organização capitalista tornou-se hegemónico a partir da quebra das estruturas medievais e desde então obtiveram-se ganhos, a vários níveis, para as sociedades (científico, tecnológico, político, social, económico). É certo que muitas dessas conquistas foram obtidas

através de lutas contra-hegemónicas e de movimentos de carácter contraditório quando comparados entre si. Mas trata-se de perceber se o capitalismo se compadece com a inclusão de salvaguardas que visem a preservação dos processos democráticos e dos princípios da coesão social e da equidade. Deste modo, neste ensaio, procuramos confrontar algumas ideias-chave da obra marxista vistas à luz das problemáticas atuais e de autores com diferentes perspetivas ideológicas. A discussão apresentada permitirá levantar tópicos sobre a problemática da validade das ideias de Karl Marx, tendo em conta problemas atuais, que poderão ser desenvolvidos numa obra de maior estruturação e fundamentação.

2. O revisionismo de Eduard Bernstein

No âmbito referido, embora nos debrucemos sobre autores da atualidade, importa desde logo recuperar a crítica revisionista feita a Marx por Eduard Bernstein. Este teórico político alemão destacou aquilo que, a seu ver, seria o carácter redutor do pensamento marxista. Prevenindo, desde logo, para os perigos das ciladas da dialética hegeliana, em que se inspirava o pensamento de Marx, realçou que esta pode, dentro do seu carácter especulativo, que se torna incontrolável, produzir uma avaliação excessiva das perspetivas políticas. Com facilidade se pode atribuir sinais de uma revolução emergente no despoletar de uma crise quando, na verdade, essa crise resulta da atuação de forças sociais e económicas que ainda poderão demorar muitos anos até se findarem ou se transformarem de modo a possibilitarem a emergência de novas estruturas sociais e, como tal, a emergência de uma nova ordem social (Bernstein, 1976). Também, segundo Bernstein, Marx não soube compreender toda a complexidade e diferenciação que existe nas sociedades ao postular as

condições políticas e económicas preliminares à ascensão do socialismo.

Primeiro, uma dessas condições seria a centralização antecipada das empresas o que, na altura em que estes trabalhos foram desenvolvidos, no séc. XIX, apenas estava parcialmente realizada (Bernstein, 1964). Aliás, é uma realidade que não deixa de se refletir nos dias de hoje. Apesar da globalização económica ter criado grandes concentrações de riqueza nas empresas multinacionais, o tecido empresarial, nomeadamente nas sociedades ocidentais, complexificou-se e diferenciou-se permitindo o aparecimento de muitos pequenos e médios empresários em diferentes áreas de negócio. Mesmo em relação à possibilidade da implementação da gestão cooperativa nas empresas produtivas, Bernstein chega a ser muito cético no que toca à ideia da abolição da hierarquia, nomeadamente em empresas grandes, tendo em conta a salvaguarda da funcionalidade dessa mesma gestão (Bernstein, 1976).

Em segundo lugar, o postulado da ascensão do socialismo também dependeria da tomada de poder pelo proletariado como força maioritária sem qualquer riqueza social que estaria disposta a mudar as instituições vigentes de forma irreversível. Também aqui, Bernstein (1964), na sua obra “O Socialismo Evolucionário” analisou, entre diferentes países, dados relativos à condição de assalariado em termos de rendimento e condições de vida. Perante os dados analisados, verificam-se discrepâncias tão significativas, quer dentro do mesmo país quer entre países diferentes, que quebra-se a ideia de uma massa proletária com realidades de vida e interesses semelhantes entre si. É o próprio conceito de proletário que fica em causa colocando sérias objeções à ideia de haver uma massa revolucionária maioritária disposta a tomar o poder pela via do voto popular ou mesmo pela via do uso da violência, como muitas vezes privilegiaram Marx e Engels nos seus textos.

A crítica ao caráter redutor do marxismo acentua-se nos textos de Bernstein ao vincar a grande predominância que Karl Marx dá aos fatores económicos na explicação da necessidade histórica (Bernstein, 1976). Bernstein defendeu, por seu lado, uma abordagem eclética no estudo das dinâmicas sociais. Apontou inclusive outros fatores que influenciariam a mudança da mentalidade humana, como por exemplo a repartição geográfica da população e as relações internacionais. Apoiando-se no próprio Engels que terá acabado por corrigir, em relação aos trabalhos de Marx, “que as instituições sociais podem separar-se da evolução económica e desempenhar um papel autónomo” (idem, p.54), Bernstein realça a dificuldade em apontar qual o fator mais importante no curso das sociedades e como tal defende que não se deve recusar “ter em linha de conta os fatores que não são de natureza puramente económica” (idem, p.55). Sendo assim, o ecletismo assume-se como “um protesto contra os conceitos que pretendem meter o pensamento numa camisa de forças” (idem). Nesta linha, o autor acaba por defender a importância de ter em conta a interação dos fatores materiais com os fatores ideológicos.

De facto, há uma interpretação unidirecional e limitada, do ponto de vista dos fatores explicativos dos fenómenos históricos, que se pode fazer da leitura de “O Capital”. Marx emprega com frequência o termo “burguês” em sentido crítico. As revoluções de caráter liberal e iluminista ocorridas anteriormente em Inglaterra e em França, e às quais se podem associar movimentos emancipatórios, são vistas essencialmente por Marx como lutas burguesas pelo poder político e legislativo que sedimentaram o avanço do capitalismo. Até a quebra das estruturas medievais, que permitiam regimes de copropriedade das terras, é vista em sentido crítico pelo autor face aos novos regimes de propriedade privada que se seguiram. Para Marx é incontornável o movimento de acumulação do capital, tendo mecanismos especulativos associados, em fases de grande produção, estagnação e

crise. Na última fase, o capital recorre-se de mecanismos de autopreservação socorrendo-se da sobrepopulação como garante que lhe permite atirar muitos trabalhadores para condições miserabilistas de trabalho e de vida e com isso conseguir diminuir o custo do trabalho (Marx, 1997).

Também esta lógica de distribuição da riqueza foi contrariada por Bernstein. Mais uma vez apoiando-se em dados estatísticos (Bernstein, 1976), o autor demonstrou que o aumento da riqueza social traduzia-se em maiores oportunidades para grande parte da população permitindo ao longo dos anos uma subida dos rendimentos da pequena e média burguesia na qual também estava englobada algum operariado. Bernstein sublinha também que é o aumento do capital que permite o aumento dos trabalhadores e conseqüentemente o aumento das hipóteses destes terem acesso a um rendimento. Para ele mais grave do que os fenómenos de superprodução são os fenómenos de super-especulação. Estes sim levam a crises económico-financeiras com efeitos muito nefastos no tecido empresarial e laboral. Aliás, embora condene os cartéis e monopólios empresariais, o autor defende que a associação entre empregadores pode ter virtudes para fazer face à concorrência estrangeira e para regular a produção. A causa de Bernstein não é assim a defesa de um socialismo de rutura mas sim a defesa de um socialismo de evolução gradual e reformista (idem; Gustafsson, 1975) assente numa ordem jurídica que salvasse a igualdade, a rejeição de privilégios associados à propriedade e à hereditariedade e a garantia da realização do sufrágio universal, ultrapassando o conceito “caduco” de ditadura do proletariado. É, nesta lógica, defendido um quadro institucional, que enquadre nomeadamente o funcionamento de serviços públicos, permitindo a salvaguarda dos direitos e das oportunidades dos cidadãos no âmbito da justiça, incluindo da lei laboral, dos seguros de trabalho, no acesso à educação e à saúde de

modo a promover o desenvolvimento global da pessoa humana, a segurança coletiva e a cooperação em sociedade independentemente da origem social de cada indivíduo. Estamos, nesta linha, perante uma visão de uma economia mista onde a iniciativa é, ao mesmo tempo, pública, privada e também cooperativa (a nível das cooperativas de consumo que o autor afirma levarem a um abaixamento dos preços favorecendo o operariado). Também Bernstein reconhece nesta lógica uma herança liberal que cabe no seu património ideológico e que tem um carácter emancipatório. Neste sentido, os sindicatos são defendidos como grupos importantes para defesa e luta dos direitos dos trabalhadores, que inclusive contribuíram para a uma maior abertura democrática das sociedades, mas também eles próprios devem ter limites à sua atuação sob pena de levarem a lógicas de fechamento e de monopólio corporativo.

3 - A via do compromisso

Os trabalhos de Eduard Bernstein focam, entre os seus aspetos essenciais, a importância das redes sociais bem como da complexidade e diferenciação que estas sofreram nas sociedades europeias. É possível estabelecer interseções e paralelismos destes conceitos com os trabalhos de outros autores. Norbert Elias, sociólogo alemão, já em pleno século XX, desenvolveu uma teoria do desenvolvimento civilizacional alternativa aos trabalhos de Karl Marx. Colocando o foco nas lutas pelo poder que se deram nas sociedades europeias desde a idade média, este autor descreve no segundo volume da sua obra “O processo civilizacional” (Elias, 1990) um processo assente em eliminatórias realizado, desde logo, nas disputas entre senhores das terras e que levou a uma cada vez maior concentração de poder até permitir o aparecimento do estado

moderno. Deste movimento é indissociável a ascensão dos estratos sociais inferiores, também através de lutas emancipatórias, mas que permitiram aumentar o grau de complexidade, de diferenciação e de interdependências existentes nas sociedades europeias, em particular ao nível do trabalho. Nesta lógica, surge o alargamento do espaço e da inclusão democrática e a constituição do estado-nação moderno. Recorrendo a conceitos da psicanálise, Elias descreve como a complexificação e interdependência das redes sociais obrigou o ser humano a modelar as suas pulsões reprimindo comportamentos violentos e desenvolvendo formas de estar socialmente aceites dentro dos padrões civilizacionais exigidos. Neste modelo, o desenvolvimento civilizacional não surge assim como perpetuador do domínio hegemónico de um grupo social em relação a outros. Pelo contrário, o desenvolvimento civilizacional promove uma crescente sujeição das camadas sociais superiores, dentro de um quadro normativo, em paralelo com o movimento ascensional dos estratos sociais inferiores.

Não será a obra de Elias, neste sentido, a primeira tentativa de teorizar conceitos que já vinham descritos desde o séc. XV com o “O Príncipe” de Maquiavel? Aqui a sapiência governativa que brotava do espírito renascentista e humanista já aconselhava o soberano a saber dividir os interesses dos seus antagonistas bem como daqueles que governa de modo a garantir a preservação da “República” (Maquiavel, 2007). O equilíbrio político-social só é, pois, possível numa lógica inter-relacional onde todos tenham algo a ganhar e algo a perder. É de referir que o próprio Norbert Elias (1990) anteviu, nesta lógica, os desafios com que nos deparamos hoje com a globalização económica. O poder do grande capital, assente nos grandes grupos económico-financeiros, ameaça de forma séria os equilíbrios a vários níveis (económico, social, ambiental). A lógica de desenvolvimento civilizacional descrita transfere-se assim das sociedades europeias

para o plano mundial. Claro que podemos apontar a alguns movimentos políticos e sociais de carácter contra-hegemónico ou anti-sistémicos, que começam a surgir, o carácter emancipatório que noutros tempos os homens dos ofícios livres desempenharam contra as instituições medievais. No entanto, perante o assinalado será viável ou possível uma rutura com o sistema? Ou, por outro lado, não será a via da razoabilidade a indicar a aposta em políticas de compromisso?

É esta última via que tem sido apontada por alguns economistas e autores de referência. É o caso de Joseph Stiglitz, antigo vice-presidente do Banco Mundial e antigo conselheiro económico do presidente norte-americano Bill Clinton. Stiglitz tem-se empenhado no estudo dos efeitos da globalização económica nas sociedades, nomeadamente dos países em vias de desenvolvimento. O autor reconhece que a partir do Consenso de Washington houve uma opção muito clara para a implementação de um modelo de desenvolvimento global assente na economia liberal da escola anglo-saxónica. Como instituições basilares desse modelo, que têm afirmado as suas diretrizes, as instituições de Bretton Woods têm aplicado um pragmatismo tecnocrático, que estando longe de salvaguardar os objetivos da liberdade e da coesão social, obedecem essencialmente aos interesses privilegiados do grande capital e da alta finança. São interesses que o autor descreve como capturadores do poder e das instituições políticas. Nesta base, têm-se originado relações de grande assimetria no comércio internacional (Stiglitz, 2007, 2002). Devido ao poder negocial de cada um dos interlocutores, os acordos realizados de liberalização das economias têm sido essencialmente cumpridos pelos países em desenvolvimento enquanto os países desenvolvidos têm mantido, até aqui, grandes entraves à entrada no seu mercado de produtos que poderiam trazer vantagens às economias emergentes, nomeadamente recorrendo a taxas aduaneiras e a legislação regulamentar, que mais não faz do que servir de pretexto

protecionista. Ora as economias emergentes, uma vez desprotegidas, têm grandes dificuldades em competir perante o avanço das grandes empresas multinacionais. O seu tecido económico e social, já de si frágil, acaba muitas vezes por se dilacerar dado o poderio da competição externa. Com frequência assistimos, assim, a fenómenos de destruturação social que geram violência e colocam em causa a democracia. Também os impactes ambientais, neste quadro, estão longe de ser acautelados. Muitas vezes são cometidos, na atividade empresarial, crimes ambientais que ameaçam a biodiversidade e a própria sustentabilidade das sociedades afetando, por exemplo, as reservas dos recursos naturais e os pequenos negócios. Por outro lado, a captura do poder político pelos grandes grupos económico-financeiros também não leva à salvaguarda dos interesses dos cidadãos dos países ricos uma vez que o fechamento destas sociedades aos produtos dos outros países torna mais elevados os preços ao consumidor devido à diminuição da concorrência (são precisamente as economias mais desenvolvidas que poderiam suportar melhor a concorrência externa).

Neste sentido, quando falamos nas liberalizações prescritas por instituições como FMI, falamos em “liberalizações-choque” que implicam a rápida privatização de empresas estatais e a abertura abrupta dos mercados ao investimento estrangeiro, incluindo na entrada de capitais de curto prazo especulativos. O facto deste tipo de capitais implicar a criação de lucro que não é sustentável a médio-longo prazo e o facto de muitas economias terem dificuldade em fazer face à concorrência externa gera nestes países crises económico-financeiras e problemas de endividamento. Como se isso, só por si, não bastasse, em paralelo estes países são normalmente alvos de programas externos de ajuda financeira do FMI e do Banco Mundial. No entanto, as contrapartidas exigidas para receberem o dinheiro implicam subidas das taxas de juro e cortes na despesa pública.

Evidentemente que a aplicação deste tipo de medidas mais não faz do que gerar um ciclo recessivo vicioso do qual os países têm muita dificuldade em sair (*idem*).

As soluções que Stiglitz apresenta para estas problemáticas são tanto do âmbito institucional como programático. No âmbito institucional defende, por um lado, um reforço dos processos democráticos particularmente na partilha de poder das instituições financeiras internacionais, dando maior poder na sua direção aos países em desenvolvimento e criando outro tipo de regras que favoreçam os interesses dos países intervencionados (Stiglitz, 2002). Por outro lado, também defende a criação de outras instituições internacionais (como tribunais especializados, incluindo no âmbito ambiental e dos direitos de propriedade) para regular e intervirem em matéria referente à atividade económica, financeira e comercial internacional e um novo sistema global de reservas que não origine tantos desequilíbrios como o atual sistema (Stiglitz, 2007). No plano programático, assume a defesa de um comércio internacional assente na equidade, na medida em que deve haver um grau de proteção às economias emergentes que não é exigível às economias desenvolvidas. Os estados dos países em desenvolvimento precisam de tempo para ganhar receitas para investirem em infraestruturas, desenvolvimento tecnológico e em bens como a educação e a saúde, não só para potenciar a competitividade da economia como também para favorecer a coesão social. Para isso, este tipo de economias têm que ser protegidas até a um ponto em que possam concorrer com outras economias em igualdade de circunstâncias. É lícito, portanto, os países em desenvolvimento, apostarem na criação de fortes quadros legais de regulação da atividade concorrencial, inclusive no setor financeiro e no controlo da atividade especulativa, como também manterem, durante algum tempo, algum grau de protecionismo nas suas fronteiras (*idem*).

O autor concorda que o caminho seguido até aqui não só não erradica a pobreza como tem o risco real de não preservar os rendimentos daqueles que estão no meio da escala social. No entanto, não considera este cenário como inevitável. Stiglitz considera que a globalização económica possibilita, a muitos países, a entrada em novos mercados e o acesso a novas tecnologias. Para ele, trata-se, portanto, de maximizar os benefícios deste fenómeno e minimizar os seus malefícios. Para isso, giza, do modo anteriormente descrito, uma arquitetura institucional global e linhas políticas de orientação que devem criar um quadro comum de entendimento a nível internacional para que a globalização funcione de modo a promover o desenvolvimento global sem colocar em causa os processos democráticos e os equilíbrios ambientais (Stiglitz, 2007, 2002).

4. A apologia liberal

Há outros autores que também não deixam de realçar que a globalização económica tem virtudes e que, inclusive, já permitiu a melhoria dos níveis e das condições de vida em vários países. Fareed Zakaria, um dos mais proeminentes intelectuais da atualidade, em ciência política, observa que na sociedade atual tem-se dado um enfoque a problemas que na verdade constituem uma ameaça relativa. No seu livro “O mundo pós-americano”, recorrendo aos dados de estudos desenvolvidos por académicos norte-americanos, Zakaria (2008) afirma que estamos a viver um período relativamente pacífico na história da humanidade. A extensão da guerra e da violência organizada, a nível mundial, diminuiu, desde o colapso do bloco soviético, para níveis há muito não vistos. Citando universitários de referência chega a referir que há quem defenda que “hoje em dia, estamos provavelmente a viver o período mais pacífico de toda a

existência da nossa espécie” (idem, p.17). Os focos de conflito, como aqueles que são transmitidos no nosso dia-a-dia pela informação dos meios de comunicação social, como é caso dos atentados perpetrados pelo terrorismo islâmico, têm causado danos de menor dimensão, incluindo do ponto vista humano, comparativamente a outros conflitos que já ocorreram ao longo da história contemporânea. No entanto, não estamos aqui perante mais uma perspectiva advogadora do fim da história como referiu Fukuyama (1992), apoiando-se em Kojève, defendendo que com o estabelecimento global da democracia liberal a humanidade atingiria o seu fundamental anseio de reconhecimento mútuo. Zakaria, por sua vez, reconhece que o mundo globalizado coloca grandes desafios, nomeadamente às potências ocidentais dominantes como os Estados Unidos da América. Na verdade, assistimos hoje à emergência de potências como a China, a Índia, a Rússia ou o Brasil que apresentam grandes níveis de crescimento económico e devido às suas características internas têm um grande potencial de desenvolvimento à sua frente. Zakaria, tal como Stiglitz que também o afirma nos seus trabalhos (Zakaria, 2008; Stiglitz, 2007), aponta os méritos que estes países, em particular a China e a Índia, têm tido ao apostarem em áreas como a educação e o desenvolvimento tecnológico e ao não descuidarem outras questões como a distribuição da riqueza. O autor, por outro lado, também reconhece existirem problemáticas transversais a todo o mundo como é o caso do aquecimento global, do crescimento demográfico mundial, do controlo das bolhas especulativas e do perigo do reaparecimento do fervor nacionalista. Nesse sentido, alinha ao lado daqueles que exigem a necessidade das potências ocidentais, e em grande medida os Estados Unidos da América, reconhecerem a necessidade de arquitetar uma nova orgânica institucional a nível internacional de modo promover uma maior partilha de responsabilidades e de decisão política.

O autor é crítico em relação às políticas e ao discurso neoconservador que na última década marcou a política norte-americana. Para ele, assiste-se a um fechamento da sociedade norte-americana do ponto de vista cultural e que tem desde logo origem no espectro político-partidário. Hoje a sociedade norte-americana revela menor tolerância ao que vem de fora (em particular em relação ao imigrante) apesar do fenómeno imigratório sempre ter constituído uma força de renovação na sociedade dos Estados Unidos da América. Nesta medida, o autor defende o prosseguimento de políticas de inclusão social até como forma de salvaguardar a competitividade da economia. No entanto, as ideias de Fareed Zakaria, embora não estabeleçam a escatologia do fim dos tempos, distinguem-se de alguns por revelarem uma clara apologia liberal. Zakaria não coloca a ênfase nas questões de proteção e de equidade no comércio internacional. Destaca, sim, a importância da mobilização das sociedades civis, das redes tecnológicas e de produção de conhecimento, nas suas ligações ao mundo empresarial, como forma dos países garantirem a vitória na batalha da competitividade económica. Em última análise, defende que na economia atual a riqueza é medida pelas equipas que produzem novos bens e novos serviços e não pela acumulação de capital. Ou seja, a economia de hoje é assente em ideias e em energia pois o essencial já não é o capital e o trabalho. Para Zakaria, Karl Marx foi um cientista social talentoso na medida em que soube compreender os mecanismos de ascensão social, ou segregação social, do indivíduo. Mas do ponto de vista ideológico e económico, as teorias de Marx terão sido pobres devido à sua apologia política e à visão que defendeu do futuro do capitalismo (Zakaria, 2008).

5 - Na linha crítica de Karl Marx

Embora as perspectivas já referidas, que podem ter algumas abordagens diferentes entre si, mas que defendem a compatibilização da economia liberal com a salvaguarda dos direitos individuais e dos equilíbrios globais, possam ser interessantes para alguns autores, há, no entanto, quem defenda a impossibilidade de as levar à prática. Noutra linha de pensamento, há uma série de autores que mantendo-se fiéis aos fundamentos do marxismo advogam o surgimento de outro sistema social que não seja de base capitalista. Slavoj Zizek, filósofo esloveno, é muito claro ao defender o comunismo como a resposta viável às problemáticas colocadas no nosso tempo. Sendo bastante crítico em relação ao sistema atual, Zizek destaca a impossibilidade de universalizar o capitalismo avançado dos nossos dias. Segundo ele, a prosperidade que tem sido alcançada para alguns assenta em processos de segregação de uma grande massa de seres humanos e no esgotamento dos recursos naturais. Por exemplo, as políticas regressivas no seio da União Europeia em relação à imigração são um exemplo de como a liberdade na circulação das mercadorias não corresponde a liberdade na circulação das pessoas, atirando muitos indivíduos para condições de vida sub-humanas. O autor chega mesmo a recuperar a figura obscura do “homo sacer”, da antiga lei romana, para exemplificar como muitos seres humanos nos dias de hoje são desprovidos de direitos civis e têm uma função que é preservada no propósito de alimentar um sistema que está assente num fetiche consumista (Zizek, 2006). Nesta lógica, tal sistema nunca se poderia compatibilizar com a assunção de direitos para todos sob pena de isso significar o seu próprio colapso.

Aliás, o autor adianta que os sistemas económicos e os sistemas políticos estão tão enleados entre si, nomeadamente no fomento do fenómeno da corrupção, que torna-se inviável qualquer tentativa reformista e/ou progressista vinda do espectro político-partidário

estabelecido. Em particular, Zizek é bastante crítico em relação ao papel desempenhado pela grande superpotência mundial, os Estados Unidos da América, na tentativa de perpetuar o seu domínio hegemónico. Assistimos a comportamentos, que partem das próprias autoridades norte-americanas, em que, por exemplo, se defende e pratica a tortura como forma de defender a segurança e a própria democracia. Geram-se, desta forma, acoplagens, entre conceitos que à partida estariam em campos opostos, e que podem levar a uma crise das próprias categorias segundo as quais entendemos a realidade (idem). O autor identifica sinais de crise e de incerteza nos nossos tempos (a crise ecológica, os desequilíbrios económicos, a situação social explosiva e a revolução na biogenética) que transmitem uma ideia de fim dos tempos e que fazem urgir à mudança (Zizek, 2010). Nessa linha, acompanhando outros pensadores marxistas contemporâneos, Slavoj Zizek refere que a sociedade ocidental atual vive na monotonia do consumismo capitalista e da compressão do espaço-tempo originada pelo ambiente digitalizado e por isso anseia pelo “evento”. Tal facto, leva à passagem do fantasma lacaniano para o Real consumando o objeto do desejo. No entanto, segundo o sentido lacaniano do termo, atravessar o fantasma significa tornar-se cada vez mais requisitado pelo seu fantasma. Como o sujeito se encontra submetido ao efeito da falta simbólica que lhe revela o limite da realidade quotidiana, neste caso é o próprio real que, para ser sustentado, tem de ser percecionado como um espetro irreal de pesadelo. Daí o aparecimento de fenómenos de violência ou obscenidade extrema que têm vindo a marcar a sociedade atual, como os atentados do 11 de setembro ou determinados movimentos culturais (Zizek, 2010, 2006).

Neste seguimento, para Zizek dissecar o Real implica entrar na esfera do vazio primordial de onde parte todo o ato de verdadeira criação uma vez que não existe nenhuma verdade interior. A ideia de vazio por si defendida, ligada à filosofia do budismo zen, onde o eu puro e simplesmente não existe, vai ao encontro de um vazio

materialista. Logo, apela ao desprendimento dos indivíduos em relação aos desejos pessoais e ao envolvimento numa ação coletiva que difira radicalmente tanto do mercado como da administração estatal e como tal leve ao comunismo. Isto implica a assunção da política como ato com risco mesmo que não esteja associado a uma legitimidade democrática, dando o exemplo daquilo que foi a resistência francesa ao nazismo liderada por De Gaulle (idem).

Certamente que qualquer agenda política deste tipo poderá sempre sofrer a crítica efetuada por Karl Popper (2007) no seu “A pobreza do historicismo” às doutrinas políticas que pretendem ter uma compreensão global sobre a evolução da história. Normalmente estas têm o objetivo de aplicar transformações em grande escala nas sociedades quando na verdade são preferíveis as reformas parciais pois são mais fáceis de controlar e de evitar os erros. Afinal, já nos teremos esquecido, por exemplo, das consequências do “Grande Salto em Frente” de Mao Zedong?

No entanto, recuperando a exposição de Slavoj Žižek, não terá a dinâmica capitalista chegado a um ponto em que impossibilita, pura e simplesmente, a reforma do sistema estando nós condenados à criação de algo de radicalmente diferente, como paradigma alternativo? Não terá tido Marx razão ao dizer que as metamorfoses do capital mais não fariam do que levar ao seu inevitável colapso?

Há quem diga que sim e até com menos certezas, em relação a Žižek, no que diz respeito àquilo que se poderá seguir. Anselm Jappe (2006), na sua obra “As aventuras da mercadoria” recupera Marx para afirmar que “a crise é a metamorfose da própria mercadoria, a disjunção da compra e da venda” (idem, p.134). E continua afirmando que a crise é a verdade do capitalismo devido a este “só poder evoluir através de fricções contínuas para acabar finalmente por se desmoronar sob o peso da sua própria lógica, ou melhor, da sua não lógica” (idem, pp.134/135). Para Jappe, o erro de Marx terá sido, de facto, interpretar as crises do seu tempo como crises finais. No

entanto, hoje voltamos a perceber que a contradição entre o conteúdo material e a forma valor conduz à destruição do primeiro. O capitalismo atinge o seu próprio limite em virtude da sua maior força, ou seja, a libertação das forças produtivas e a conseqüente forma do valor abstrato. O autor identifica toda uma deterioração que o capital global fez das interdependências entre os serviços, a produção e a contribuição para o estado. Para o capital tudo isto representa falsos encargos que são descartáveis. O próprio desenvolvimento tecnológico tem contribuído para a criação de capital fictício e para o prolongamento da vida do capitalismo através do crédito consumido antecipadamente. Só que este dinheiro acaba por desvalorizar pois não é tido no trabalho produtivo. Embora haja uma multiplicação milagrosa do dinheiro que circula no mundo, a acumulação real estagnou e o recurso ao crédito serve para estimular a acumulação inexistente. Na verdade, o capitalismo, hoje, já não atua tanto por exploração da humanidade, mas, sim, pela sua expulsão do sistema de trabalho por ser supérflua. Assim, Jappe alinha no diapasão que diz que a política não tem meios autónomos de intervenção pois tem uma grande dependência em relação à economia. Para ele, há que discutir desde logo as categorias impostas à priori que não são percebidas como historicamente construídas quando, na verdade, o são. Por exemplo, o fundamento indiscutível de que é necessário transformar em dinheiro o trabalho é um imperativo que alimenta o sistema fetichista (Jappe, 2006). O autor chega mesmo, nos seus textos (Jappe, 2012), a ser muito crítico em relação ao discurso atual da esquerda e a demarcar-se de outros autores apontando que o discurso antineoliberal embora não negue a crise atual só quer curar os seus sintomas. O problema está na relação social que envolve todos os membros da sociedade e não só a ação nefasta dos homens do capital e da alta finança sublinhando que a subida ao poder do neoliberalismo nos anos oitenta foi uma forma de prolongar a vida do capitalismo e não um “golpe” como crê uma determinada esquerda. E alerta: já não há dinheiro para regressar ao keynesianismo como alguns querem,

isto é, dinheiro real suficiente, pois entretanto criou-se dinheiro através da especulação. Assim, a crise das categorias que se perfila dará lugar a formas de vida radicalmente diferentes sendo a crise atual uma etapa importante neste processo. No entanto, para Anselm Jappe deverá haver ainda um abatimento perpétuo nos modos de vida até haver um movimento global de reflexão e de solidariedade. Na verdade, perante o falhanço inevitável de todas as políticas, num sistema que desvaloriza o dinheiro enquanto tal devido ao seu uso fetiche, colocasse a questão: a que preço e como é que se pode sair de um sistema baseado no valor e no trabalho abstrato, no dinheiro e na mercadoria, no capital e no salário? É uma resposta que o próprio autor tem dificuldades em encontrar.

Ainda assim, Jappe tem uma perspectiva cética em relação à capacidade de sobrevivência do capitalismo para além da crise das categorias que já começamos a viver atualmente. E aqui origina-se um ponto de divergência em relação a outros autores. Na linha de investigação portuguesa, Rui Cunha Martins (2013) realça o carácter adaptável e mutável que o capitalismo tem demonstrado ao longo dos tempos e continua, ainda hoje, a demonstrar. Quem não se recorda da acoplagem que o capitalismo fez ao fascismo em pleno século XX e propiciou o desencadear de uma guerra de proporções apocalípticas? Ou hoje, a acoplagem existente, entre um sistema político de inspiração maoista e um sistema económico-financeiro capitalista, na China? Ou seja, o capitalismo em ordem a preservar e a propagar a sua existência é capaz de fazer acoplagens, bem-sucedidas, a sistemas que até foram criados com a intenção de o combater. É um padrão de comportamento que faz lembrar a atuação de um vírus. Certamente que o capitalismo está assumir características para além daquelas que foram defendidas por muitos vultos do liberalismo e do iluminismo que fizeram a sua apologia. Mas isto é mais um elemento que demonstra como estamos perante um sistema que não se compadece com quaisquer tipos de idealismos ou mesmo de planificação política.

Estaremos, então, perante a eminência de um futuro fatalista até que o próprio esgotamento dos recursos do planeta ou o comportamento autodestrutivo da humanidade coloque termo a tudo? Não haverá então nenhuma barreira política, social ou legal capaz de barrar o comportamento voraz e ardil do capitalismo?

6 - Considerações finais

Em jeito de conclusão, parece-nos que merece melhor aprofundamento e esclarecimento, em estudos a desenvolver, a ideia de Anselm Jappe de que o ciclo especulativo atual do capitalismo já terá passado de um ponto de não retorno em relação à possibilidade de aplicar políticas reformistas dentro do próprio sistema. As experiências já desenvolvidas em regimes totalitários, mais ou menos puros de acordo com a ideologia fundadora, demonstraram que as mudanças sociais e políticas abruptas, em larga escala, normalmente saldaram-se pelo desastre. Também não é claro que não seja preferível optar por políticas de compromisso, pese embora o seu efeito possa ser temporalmente reduzido (tal como aconteceu no pós-guerra), dado as alternativas disponíveis. Não poderá a iniciativa e a propriedade privada alguma vez compatibilizarem-se com metas exequíveis a nível do uso dos recursos naturais e da distribuição da riqueza? Não poderá a ciência e a tecnologia virem a funcionar como fatores de resolução em vez de funcionarem como fatores problemáticos?

São questões para desenvolver aproveitando os tópicos aqui deixados.

Fontes Orais

Martins, Rui Cunha - Ditadura, democracia e mudança política: interseções entre justiça e historiografia. IN: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS E IDEOLOGIAS DO CURSO DE DOUTORAMENTO EM ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS. Coimbra: Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, 2013.

Bibliografia

BERNSTEIN, Édouard, *Os pressupostos do Socialismo e as tarefas da Social-democracia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1976, p. 345.

BERNSTEIN, Édouard, *Socialismo Evolucionário*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964, p. 171.

ELIAS, Nobert, *O processo civilizacional*, vol. II, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990, p. 285.

FUKUYAMA, Francis, *O fim da história e o último homem*, Lisboa, Gradiva, 1992, p. 382.

GUSTAFSSON, Bo, *Marxismo y revisionismo – La crítica bernsteiniana del marxismo y sus premisas histórico-ideológicas*, Barcelona, Ediciones Grijalbo, 1975, p. 439.

JAPPE, Anselm, *Sobre a balsa da Medusa – ensaios acerca da decomposição do capitalismo*, Lisboa, Antígona, 2012, p. 137.

JAPPE, Anselm, *As aventuras da mercadoria – para uma nova crítica do valor*, Lisboa, Antígona, 2006, p. 283.

MAQUIAVEL, Nicolau, *O Príncipe*, Lisboa, Edições Sílabo, 2007, p. 170.

MARX, Karl, *O Capital*, livro primeiro, tomo III, Lisboa, Edições Avante, 1997, p. 1013.

POPPER, Karl - A pobreza do historicismo, Lisboa, Esfera do Caos Editores, 2007, p. 152.

Santos, Boaventura Sousa - Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura Sousa (Ed.) - Globalização: fatalidade ou utopia? Porto: Edições Afrontamento, 2001, pp. 31-98.

Stiglitz, Joseph Eugene - Tornar eficaz a globalização. Porto: Edições ASA, 2007, p. 318.

Stiglitz, Joseph Eugene - Globalização – A grande desilusão. Lisboa: Terramar, 2002, p. 413.

Zakaria, Farid - O mundo pós-americano. Lisboa: Gradiva, 2008, p. 251.

Zizek, Slavoj - Viver no fim dos tempos. Lisboa: Relógio D'Água, 2010, p. 486.

Zizek, Slavoj - Bem-vindo ao deserto do real. Lisboa: Relógio D'Água, 2006, p. 193.